



PROCESSO Nº	:	<b>37.030-4/2018</b>
PRINCIPAL	:	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS</b>
INTERESSADO	:	<b>AMILTON SILVA SOUZA</b>
ASSUNTO	:	<b>REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA</b>
RELATOR	:	<b>AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR</b>

### EDITAL DE CITAÇÃO

**PROCESSO: 37.030-4/2018**  
**PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS**  
**INTERESSADO: AMILTON SILVA SOUZA**  
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA**  
**RELATOR: CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR**

Com base no art. 59, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n.º 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), combinado com os artigos 113, §1º, 114, inciso IV, e 115, ambos da Resolução Normativa TCE/MT n.º 16/2021 (Regimento Interno deste Tribunal – RI-TCE/MT), **CITO** o Sr. **AMILTON SILVA SOUZA** para que apresente, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do dia útil seguinte ao da publicação deste edital no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, **manifestação de defesa**, acerca da(s) irregularidade(s) apontada(s) em Relatório Técnico Complementar apresentado pela equipe técnica da 2ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal nos autos do **Processo nº 37.030-4/2018** (Documento Digital nº 110200/2022).

Esclareço que a documentação deverá ser protocolada no Setor de Protocolo deste Tribunal de Contas ou mediante Protocolo Virtual no Portal de Serviços do TCE/MT (<https://servicos.tce.mt.gov.br>), mediante cadastro prévio.

Ressalto que a ausência de manifestação no prazo regimental implicará o prosseguimento processual com aplicação dos **efeitos da revelia**, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica TCE/MT e no art. 105, do RI-TCE/MT.

**Publique-se.**

Cuiabá/MT, 21 de setembro de 2022.

(assinatura digital)<sup>1</sup>

**João Batista de Camargo Júnior**  
Auditor Substituto de Conselheiro

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.